

Governo não admite mexer na caderneta

Qualquer que seja o resultado dos estudos da comissão de reformulação do Sistema Financeiro da Habitação, o Governo não acatará nenhuma sugestão que coloque em risco o objetivo social da caderneta de poupança. A garantia foi dada ontem pelo ministro de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Flávio Peixoto, ao referir-se à questão que vem causando mais polêmica entre as discussões da comissão: o desvio de recursos da caderneta para aplicação em áreas não habitacionais.

O Ministério recebe hoje um relatório preliminar dos trabalhos da comissão e desencadeará, de imediato, aquelas medidas que poderão ser executadas por meio de resoluções, portarias ou decretos, como financiamentos de material de construção em lotes urbanizados ou para a urbanização de favelas. Mas no que diz respeito às cadernetas, todo o cuidado é pouco, tanto que, segundo Flávio Peixoto, o Governo analisará até o último instante, a conveniência de incluir no pacote fiscal o recolhimento compulsório sobre os depósitos da poupança popular destinado a criar um fundo especial para a construção de habitações de baixa renda. "Não é o momento de mudar as regras para tornar o mercado financeiro ainda mais instável", disse o ministro.

Até o momento somente dois estímulos estão garantidos ao Sistema Financeiro da Habitação. Um deles é o consórcio de imóveis, cujo prazo máximo será de cem meses, visando alcançar a classe média. O outro é a caderneta de poupança programada, através da qual o aspirante à casa própria obterá um crédito imobiliário para ir ao mercado e pagar à vista a moradia que escolher.

O consórcio de imóveis, que deverá estar funcionando ainda este ano, não será vinculado ao Banco Nacional da Habitação, devendo ser adotado pelas empresas que já operam no mercado com consórcio de bens duráveis como o automóvel.

Quanto à poupança para a casa própria, que também estará no mercado até o final do ano, significará uma redução de custos já que os aspirantes poderão ir ao mercado obter o imóvel tendo pouparado apenas 5 por cento de seu valor. Para o sistema financeiro representará uma maior regularidade com relação aos recursos captados, à indústria da construção civil, um conhecimento prévio da demanda efetiva.